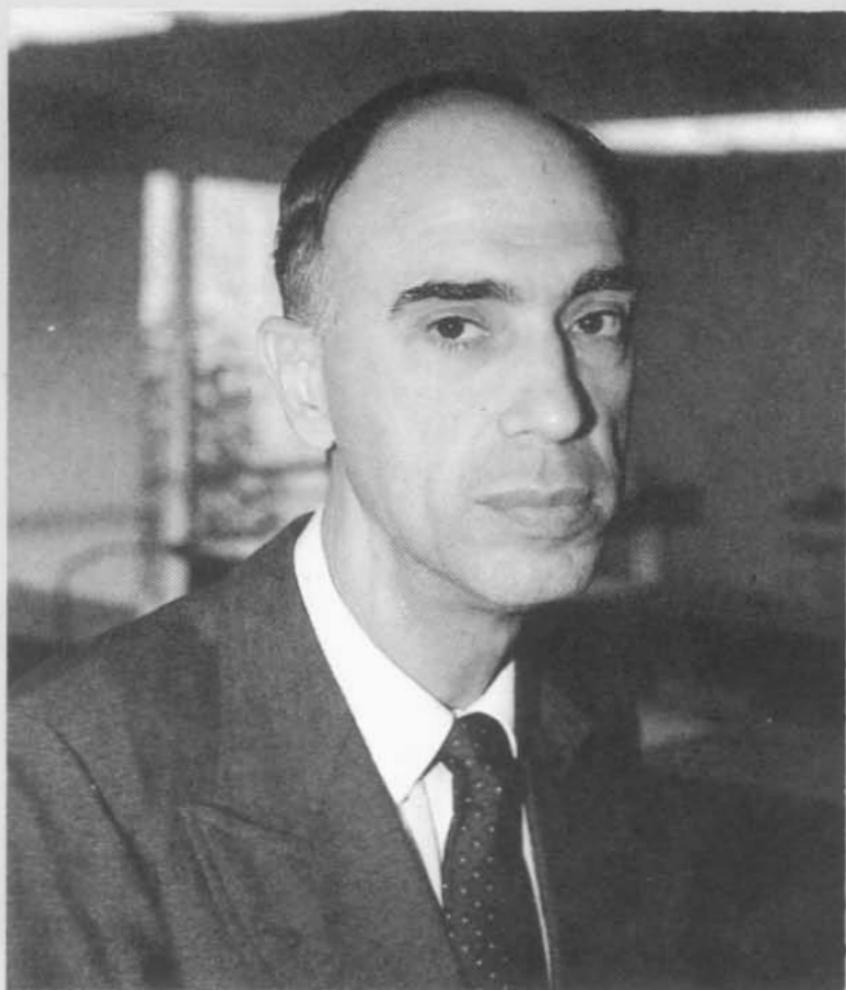


AS LETRAS E A POLÍTICA



MARCO MACIEL

1994

Inflação e distribuição de renda

"Com os preços altos e os salários baixos, jamais poderemos redistribuir adequadamente a renda."

Creio desnecessário dizer que o pressuposto básico com o qual toda a sociedade brasileira está de acordo – e poderia ser objetivo de um amplo pacto político – é o combate à inflação. Podemos divergir todos nos meios para combatê-la, mas acredito que concordamos no fim, que é a necessidade de vencê-la. Temos que lembrar que, na história contemporânea brasileira, só em dois momentos específicos conseguimos inflétir a taxa inflacionária: em 1898, no governo Campos Sales, com Murinho no Ministério da Fazenda, e em 1964, no governo Castello Branco, com a dupla Gouveia-Roberto Campos. Nos dois casos, foram necessários três anos de esforços dramáticos e obstinados para conseguirmos resultados positivos. Não acredito que no momento atual seja possível um processo de reversão indolor. Por isso mesmo, deixarei de lado os meios, para concentrar-me no fim, que deve ser o pressuposto básico de qualquer entendimento.

A vertente econômico-social da crise brasileira contemporânea (que tem raízes muito mais fundas e persistentes do que supomos) se baseia numa verdade incontestável: estamos todos insatisfeitos com o sistema econômico que temos e com a estrutura social com a qual convivemos. Razão, a meu ver, é que, no plano econômico, os preços são altos e os salários são baixos. Isso gera, por outro lado, algo que também é incontestável: com preços altos e salários baixos, jamais redistribuire-

mos convenientemente a renda brasileira que é, se não a mais, pelo menos uma das três mais concentradas do mundo!

Como no caso da inflação, também aqui prefiro esquecer a terapêutica para fixar-me no diagnóstico. Podemos apontar mil razões pelas quais os preços são altos e os salários baixos. Mas deixemos de lado esses motivos para dizermos apenas que um acordo social exige, necessariamente, um ajuste econômico. Em que sentido? No sentido de que o Estado não precisa, nem pode, nem deve deixar de atuar, simplesmente. É necessário que *atue menos no campo econômico e mais no campo social*. Isso pressupõe que o ajuste econômico deve fazê-lo de forma consentânea e proporcional ao aumento da participação do Estado no campo social. E quando escrevo participação, não digo estatização. Essa participação pode se dar, inclusive e preferentemente, de forma regulatória.

Daí, não é necessário discutirmos apenas em que campo o Estado não deve atuar, mas, igualmente, as áreas em que não deve deixar de fazê-lo. Ao precisarmos em que atividades o Estado atua, estamos implicitamente definindo aquelas em que não deve fazê-lo.

O que significa definir, também, as áreas que não são de atuação exclusiva do Estado, nem da iniciativa privada, mas sim privativas da sociedade, com a participação do Estado e das empresas, sejam elas públicas ou privadas. E, entre elas, aponto desde logo, mas apenas como exemplo meramente referencial, a previdência social, que não pertence nem ao Estado nem às empresas, mas sim ao conjunto da sociedade trabalhadora.

Definido este primeiro ponto de implicação econômica e social, com óbvias repercussões políticas e institucionais, creio necessário que, superada a premissa do combate à inflação, e esclarecidas as áreas de atuação do Estado, da empresa privada e da sociedade, chega-se ao ponto crucial da questão social: a má distribuição da renda. E aí duas ações que me parecem fundamentais.

A primeira, estabelecer o limite da carga tributária que a sociedade se dispõe a pagar para que o Estado cumpra com eficiência sua missão e, em seguida, definir o princípio vital de coesão social indispensável para melhorar o perfil da discussão da renda. É preciso dar estabilidade às normas tributárias, para que as empresas possam planejar a longo prazo e sentir-se a salvo dos rumores fiscais dos sucessivos governos, aumentando sua competitividade, não pelo protecionismo, mas sim pela competição.

A segunda, obter aceitação do princípio de que, para melhorar a coesão social, abrandar a concentração de renda e garantir a solidariedade de toda a sociedade, *os salários não podem crescer menos do que a produtividade e a inflação*. Em outras palavras, não podem continuar pagando a conta de todos os ajustes econômicos, como até hoje. Esta pode não ser a receita ideal, mas é pelo menos a receita de modernização que buscam hoje os regimes econômicos e os sistemas políticos no mundo contemporâneo.

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.